

FORMAÇÃO CIDADÃ E SEUS PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS: ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Germana de Sousa Vieira; Barbara Diniz Lima Vieira Arruda; Antonia Solange Pinheiro Xerez

Universidade Estadual do Ceará, germanasvieira@gmail.com

Introdução

Compreendemos que o ensino é um meio de transformação do sujeito, dessa forma a Escola precisa definir de forma clara o tipo de educando que pretende formar, ou seja, aquele que no meio social de transformações cotidianas, que no mundo do trabalho, seja capaz de compreender e transformar o seu papel através dos conhecimentos e ensinamentos assimilados nas instituições formais.

De acordo com essa realidade, devem adquirir conhecimentos que o permitam agir numa sociedade que, é excludente, desigual injusta e capitalista. O estudo justificou-se pela importância de análise crítica entre a formação técnica e a formação cidadã, com fundamentos na proposta expressa pela missão do IFCE. Desta forma nosso estudo teve por objetivo compreender e analisar criticamente a formação cidadã e atuação da política de assistência estudantil e seus rebatimentos nos discentes dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Relacionando a política estudantil proposta e a missão do Instituto no desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão.

O IFCE atua no nível de ensino médio/técnico da educação profissional e no nível de ensino superior no âmbito da educação tecnológica e no nível de graduação e pós-graduação. São trinta e um *campi*, distribuídos em todas as regiões do Estado, sendo trinta *campi* efetivamente implantados e dois *campi* em processo de implantação. O foco do IFCE é o desenvolvimento social e econômico das regiões onde estão localizados. A Instituição conta com 33.930¹ estudantes matriculados, considerando todos os *campi* do Ceará.

O IFCE apresenta como missão, em seus documentos, produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. Os referidos valores atrelados à missão

¹Fonte <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/> – 19.07.2017

levam a crer que as atividades do IFCE no tripé ensino, pesquisa e extensão são planejadas para essa formação integral do discente.

A proposta desta pesquisa se insere no cenário de expansão dos Institutos Federais (IFs) no interior do Estado, de um projeto de expansão da educação subordinado às necessidades e exigências do capital. Essa inserção profissional no campus possibilitou lançar olhar sobre a formação dos discentes, sujeitos da Política de Educação Profissional do IFCE, expandidas para os municípios do interior do Estado. Essa vivência instigou questionamentos, uma vez que a profissionalização aparece como elemento central nos discursos e nas ações institucionalizadas, bem como na efetividade da Política de Assistência Estudantil, seja pelas subjetividades que projetam expectativas diferentes, seja pela não garantia de inserção profissional, após o término do curso, já que esta é o objetivo central deste modelo de educação.

O estudo é relevante também para evidenciar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da Assistência Estudantil (assistentes sociais, psicólogos (as), pedagogos (as), enfermeiros (as), entre outros), cujo principal desafio é articular os diversos atores institucionais, a fim de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, visando a redução da repetência e da evasão. O lugar de onde falamos talvez seja mais confortável do ponto de vista das formações que interagem no ambiente escolar, pois, o contato com os alunos que trazem demandas relacionadas as suas vidas no âmbito privado, corroboram para a necessidade de a escola se abrir ao debate de temáticas transversais, retirando seu caráter conteudista e disciplinador, como elementos de uma cultura patriarcal e conservadora, que ainda está viva nas relações sociais e institucionais.

Política de Assistência Estudantil: Caminhos e Possibilidades

Desde o surgimento do *homo sapiens* que ocorre transformações no meio social, nos avanços nos séculos XX e XXI a educação vem sofrendo impactos radicais que divide a educação em dois tipos, ou seja, uma voltada para a classe burguesa de forma elitizada e outra uma educação defasada, para a classe dos oprimidos, filhos dos trabalhadores. Por este prisma é notório que este tipo de educação assume um papel de uma reprodução do capital, com interesses de classes burguesas adentrando cada vez mais nas escolas com interesses individuais.

Acreditamos em uma educação que eleve a emancipação do sujeito para que este saiba lutar por seus direitos e ser crítico para não ser manipulado em meio a um mundo de conflitos. Para Ivo Tonet (2005) uma educação exige do sujeito conhecimentos claros dos fins dos processos históricos.

Partindo do princípio da equidade, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como finalidade a permanência do educando no âmbito educacional, minimizando os índices de evasão escolar e garantindo assim o direito à educação.

A assistência estudantil no IFCE, em consonância com o PNAES compreende a prioridade do atendimento às situações de vulnerabilidade social e pedagógica, visando à formação integral do estudante respeitando à dignidade do sujeito, à sua autonomia, ao direito a benefícios, a serviços de qualidade, à permanência, convivência escolar, familiar e comunitária, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios e serviços da assistência estudantil, no âmbito de cada campus e o incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

As ações da Assistência Estudantil possuem dois eixos norteadores, sendo o primeiro definido como “serviços” que visam atender toda a comunidade discente, e o segundo, como “auxílios” que se destinam ao atendimento prioritário ao discente em situação de vulnerabilidade social. Entende-se por “serviço” uma ação continuada como: atendimento biopsicossocial, merenda escolar e acompanhamento pedagógico, sendo ofertada a todos os discentes. Os auxílios serão ofertados em forma de pecúnia, considerando-se a disponibilidade orçamentária e financeira destinada ao IFCE.

Na Constituição de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Mas para Saviani (2008), em seus estudos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a legislação educacional deixa muito a desejar em suas entrelinhas, não direcionando ações afirmativas, nem se responsabilizando:

Em suma, a política do ministério da Educação escolheu a via das alterações parciais operando, por assim dizer, segundo a célebre fórmula das “doses homeopáticas”. Isso, todavia não significa que o ministério não tenha uma política global para a área de educação. Certamente ele a tem. Entretanto, estrategicamente parece ter optado por não anunciá-la, procurando implementá-la através de reformas pontuais acreditando, talvez, que

dessa forma seria mais fácil viabilizá-la politicamente, safando-se das pressões e quebrando eventuais resistências (SAVIANI, 2008, p. 200).

Com esta legislação minimalista, nas palavras de Saviani, chega-se a uma proposta neoliberal para a educação, sob uma valorização da iniciativa privada e a depreciação do setor público, com a consequente redução das ações e dos investimentos públicos. O empenho na redução dos custos, encargos e investimentos, buscando senão transferir ou dividir com a iniciativa privada e organizações não governamentais a responsabilidade pela educação.

Formação Cidadã e Formação Técnica: Aprendizagem e Desafios

Para Mészáros (2009), o capital põe em curso inúmeras medidas, de ordens diversas, cujo interesse é o de reformar o Estado a fim de que este favoreça os mecanismos de exploração do trabalho. Mas, para que o capital aja é necessário um direcionamento das políticas públicas ao complexo educacional, especialmente as que se destinam formar os trabalhadores por intermédio da profissionalização precoce de jovens, que recebem uma privilegiada atenção do Estado.

Na contramão da tendência tecnicista e burguesa é que deve surgir dentro das escolas, uma educação emancipadora, uma tendência popular, inspirada numa concepção dialética, que se conscientiza de suas condições, aliada ao trabalho, a sobrevivência e a resistência como sugere Gadotti:

Enquanto a concepção tecnoburocrática manifesta-se predominantemente pelos canais da sociedade política, a concepção dialética da educação expressa-se eminentemente pelos canais da organização popular, pela sociedade civil. Essa situação, aliás, não é novidade; em pleno século passado Marx combatia já a tutela do estado burguês sobre a educação, indicando que na sociedade socialista o controle da educação pertencia à sociedade civil. Portanto, a luta pela hegemonia da sociedade civil sobre a educação deveria começar no interior da sociedade burguesa (GADOTTI, 2006, p. 168).

Para Tonet (2005), o papel fundamental da educação, neste momento de luta, seria a contribuição para a conquista desta hegemonia. Revelando-nos com seus estudos que é preciso entender a educação cidadã como uma cidadania ativa, crítica. Que devemos ensinar nossos alunos seus direitos e deveres, mas que também devemos ensiná-los a lutar, a serem capazes de intervir no seu meio e na busca de uma sociedade mais justa.

Com essas questões acima representadas sobre o papel da educação na formação técnica e como se amplia essa formação para um conceito ampliado de cidadão é preciso compreender e ressignificar a definição de cidadania.

A compreensão que temos é que a origem de cidadania remete a Grécia, onde essa representava os direitos dos indivíduos que viviam na cidade e participavam da gestão, dos negócios e das decisões políticas. Eram portanto, direitos de que pertenciam apenas a uma parcela da população.

No modo capitalista de produção, os direitos de cidadania não são efetivados para toda população. Por ser uma conquista, a cidadania garante legalmente os direitos e os deveres, ainda assim muitos não têm acesso a seus direitos. O sistema capitalista, por ser um sistema injusto, não assegura a efetivação desses direitos para todos.

Considerações finais

Levando em consideração que a educação se torna fundamental para o desenvolvimento do ser enquanto sujeito crítico, esta deve favorecer um conhecimento amplo ao indivíduo, sendo fundamental para a qualificação profissional. Necessitamos de uma educação que forneça uma disseminação do conhecimento do sujeito, e não um ensino que perde sua função social, ao defender os interesses privados seguindo uma utopia que deixa visível que sua mercadoria é o próprio conhecimento do aluno, que deve ser produzido de forma eficaz e em curto prazo, com eficiência e qualidade em uma sociedade que é composta por direitos antagônicos.

Desta forma, diante da reflexão desses teóricos, percebemos que a luta pela democratização da educação é de responsabilidade de todos: poder público, escola, comunidade, família, professores e alunos. A condição para isso é parte constituinte do ser e suas determinações ontológicas na busca de seus direitos e deveres na sociedade capitalista que prega as desigualdades nos campos das oportunidades.

Essa formação profissional desenvolvida pelas políticas públicas educacionais forma os jovens filhos da classe trabalhadora para o exercício de atividades técnicas e braçais, em contraponto a educação propedêutica cristaliza a posição de classe que vai contribuir com a consolidação do histórico dualismo educacional.

O complexo educacional é gerido pelo capital que tem nos órgãos financiadores as orientações para formar a nível escolar os dirigentes e os dirigidos. Com isso, configura-se numa educação dual que assenta cada vez mais a contradição do sistema capitalista. Essa educação é limitada para a emancipação humana tendo como elemento de resposta que é imposto para a reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética de educação**: um estudo introdutório. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. In: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Outubro, nº 04, São Paulo, 2000.

_____. **Para além do Capital: Rumo a uma teoria de transição** (tradução Paulo Cesar Castanheira, Sérgio Lessa, 1º Edição. Revista SP: Boi tempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval: **Marxismo e educação: Debates Contemporâneos**, 2º Ed. Campinas, SP: Autores Associados : HISTEDBR, 2008

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.